

A angústia da influência: das vicissitudes do policiamento comunitário na periferia urbana de Salvador¹

Hildon Oliveira Santiago Carade (UFBA)

Resumo: A presente comunicação versa sobre as repercussões da implantação de uma nova política de segurança pública – Bases Comunitárias de Segurança – no bairro do Calabar, favela localizada na orla atlântica da cidade de Salvador. Aqui explorarei as angústias e as aflições dos policiais militares em torno da imposição de um novo modelo de vida societária para esta localidade. Terei como guia as seguintes questões: o que representa, na ótica do policial, o policiamento comunitário? O que significa, para ele, estar 24 horas presente em um lugar concebido como um antro da perdição e da violência? Como ele deve se portar nesta situação? Quais são as categorias por ele utilizadas para classificar este novo mundo? Veremos que, concebendo o seu trabalho como uma forma de redenção para esta comunidade, a Polícia Militar enxerga no tráfico de drogas local uma instância a ser superada, não em termos de extinção completa do comércio de entorpecentes, mas de “pacificação” da ação dos traficantes. Tal tarefa, eminentemente simbólica, aponta para a necessidade de minar o poder que os traficantes têm de impor as suas categorias para o restante da população. Daí, a urgência em conter e substituir esta deletéria influência. Desta feita, no tocante à dimensão geracional, o corpo do adolescente é compreendido como o locus onde se dará esta “guerra epistemológica” entre policiais e bandidos, uma vez que ele é considerado pelos primeiros como o futuro desta localidade, como o lugar onde será selada a vitória da civilização frente à barbárie. Assim sendo, nos termos de Taussig (1992), toda a operação policial consiste na tentativa de deter o monopólio da atividade mimética, isto é, de se afiançar como o único polo cuja ação pode ser copiada pelos moradores locais. Por outro lado, a disputa entre policiais e traficantes, no que concerne à dinâmica de gênero, coloca os primeiros como vinculados à esfera da feminilidade (porque é um agrupamento militar não comprometido com a repressão e mais afeito ao diálogo), ao passo em que o tráfico de drogas é tido como um domínio do masculino, uma vez que as mulheres, em termos nativos, só entrariam neste universo a partir do envolvimento sexual com homens pertencentes a esta órbita. Desta forma, à guisa de conclusão, a pacificação seria um trabalho endereçado aos homens, especialmente os mais jovens, da referida comunidade.

Palavras-chave: Polícia Militar; Policiamento Comunitário; Periferia Urbana.

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto, João Pessoa/PB.

Introdução

Esta comunicação objetiva analisar a dimensão produtiva do aparato policial, concebendo-o como uma instância epistemológica, isto é, como um setor produtor de categorias e saberes. Desta feita, mais do que discutir os processos de violência física e de abuso policial, pretendo realçar a dimensão da violência simbólica e suas consequências para determinadas populações. Para tanto, debruço-me sobre o contexto de implantação do policiamento comunitário nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas - favelas localizadas na orla atlântica da cidade de Salvador -, através da criação das chamadas Bases Comunitárias de Segurança, doravante BCS.

Para melhor clarificar o meu ponto de vista, deixe-me oferecer um sumário do meu argumento. Em primeiro lugar, como já havia afirmado Nikolas Rose (2000) no concernente ao contexto britânico, sustento que a implantação de políticas para o controle do crime tem menos a fazer pelo controle do crime em si mesmo e mais a fazer em favor de concepções genéricas em torno do governo da ordem moral. Isto desemboca na discussão feita por João Pacheco de Oliveira (2014) sobre o uso da categoria “pacificação” no tocante à gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ele, tal termo, ao endossar as dimensões de inclusão e de civilização, coloca em filigrana o papel da ocupação policial das áreas favelizadas das grandes metrópoles como sendo uma *missão civilizatória* - restaurar o controle estatal sobre os territórios ocupados pelo narcotráfico. Haveria aqui, segundo o autor, “uma clara analogia com as 'pacificações' coloniais, dirigidas contra as aldeias dos autóctones que não se submetiam voluntariamente às autoridades administrativas e religiosas da época” (Pacheco de Oliveira, 2014: 138).

Devo afirmar que a preocupação para com a chamada violência simbólica coaduna-se com as abordagens de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, no que diz respeito ao poder classificatório das instâncias estatais. O primeiro, juntamente com seus discípulos, trouxe à lume a luta categorial encabeçada pela medicina mental e pela justiça penal, quando do julgamento de Pierre Rivière, um jovem camponês que assassinou a golpes de foice sua mãe grávida e seus irmãos mais novos. Seria o homicida um assassino frio e calculista ou um acometido pela loucura? Por detrás deste confronto teórico, os autores sublinharam o papel epistemológico

desempenhado por médicos e juristas no destino de determinados sujeitos (Foucault, 1977). Tento aqui seguir este mesmo raciocínio, ao elevar a Polícia Militar à categoria de núcleo de saber. Bourdieu, por sua vez, considera que o Estado pode muito bem ser caracterizado como o agente detentor do monopólio legítimo da violência simbólica. Esta perspectiva delinea habilidosamente as maneiras pelas quais (notadamente, os discursos racionais-legais, os rituais de investidura de cargos e as rotinas burocráticas) as formações estatais inculcam estruturas cognitivas ao conjunto dos agentes submetidos à sua jurisdição. Nas palavras do próprio Bourdieu (2014: 38, grifos meus), “uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a *canonização* das classificações sociais”. Assim sendo, de acordo com ele, para se entender esta dimensão simbólica do efeito de Estado, há que se compreender a lógica da ação dos agentes que constroem o seu discurso - os legistas, os juristas, dentre outros. Neste sentido, em sendo o poder estatal uma entidade que existe pela crença, espera-se de nós a análise daqueles que, por assim dizer, cumprem o seu sacerdócio. Mas, e o que pode ser dito sobre o policiamento comunitário?

Embora os discursos em defesa de uma polícia comunitária, bem como a sua efetiva entrada em cena nas favelas das grandes metrópoles brasileiras, seja um fenômeno relativamente recente, do meu ponto de vista este processo está mais comprometido com permanências do que com mudanças em nosso horizonte, mais precisamente, no tocante à forma pela a qual a nação tem lidado com os sujeitos que se lhe afiguram como sendo “indesejados”. Neste sentido, a ocupação policial de comunidades populares reacende a centelha de nossa obsessão em torno da construção de uma civilização redentora nos trópicos.

No contexto soteropolitano, na seara das políticas públicas de segurança do estado da Bahia, as BCSs aparecem como pontos de gerenciamento de operações policiais, tendo por objetivo a manutenção da ordem em determinados territórios, anteriormente tidos como violentos, utilizando, para tanto, a metodologia da prevenção (Governo do Estado da Bahia, 2011). Assim sendo, além da ocupação policial, são realizadas ações que visam a integração da polícia com os moradores destas localidades, bem como o acesso por parte desta população a serviços sociais que, basicamente, contemplam as áreas de saúde e educação profissional. As BCSs fazem parte de uma política maior denominada *Pacto pela Vida*, programa do governo estadual criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011, que tem por meta principal a promoção da paz social.

Em 27 de abril de 2011 a primeira BCS era inaugurada nos bairro do Calabar. No mês anterior a tropa de choque da Polícia Militar havia feito a ocupação dos territórios, forçando a retirada em massa dos narcotraficantes locais, ou o silenciamento deles, e viabilizando a edificação de todo o aparato físico da empreitada - sede para o funcionamento das atividades policiais; instalação de câmeras de segurança, etc. Naquela época, a BCS-Calabar contava com um efetivo de 101 policiais, que se revezam durante os três turnos do dia; com serviço de videomonitoramento feito por nove câmeras e três viaturas; e oferecia cursos de capacitação profissional, pré-vestibular e alfabetização para jovens e adultos. Também por meio da Base, eram realizadas ações de saúde e mutirões para serviços, tais como, emissão de documentos e cadastramento no programa Bolsa Família. No local ainda funcionava o Centro Digital de Cidadania (CDC), equipado por dez computadores conectados à internet banda larga, utilizados por qualquer morador.

De certa forma, a correlação entre política de segurança e serviços sociais de acesso à cidadania - através do lema “ao lado de uma política de segurança, projetos sociais” -, remonta à forma com a qual foi idealizada a pacificação das favelas tidas como violentas na cidade do Rio de Janeiro. Em 2008, a partir da criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o governo carioca colocou em ação o seu plano de redução da violência e melhora da qualidade de vida de seus cidadãos. Em virtude, digamos, do caráter precursor desta estratégia de segurança pública e da repercussão midiática das ações orquestradas pela polícia, quando da ocupação dos locais outrora dominados pelo tráfico de drogas, as reflexões já elaboradas sobre o fenômeno do policiamento comunitário têm tomado o contexto da “cidade maravilhosa” como objeto privilegiado de análise. Este será o assunto do próximo tópico.

Seria a polícia boa para pensar?

Em seu prólogo para a obra *Policing and contemporary governance*, que vem a ser um projeto conjunto editado por William Garriott, John Comaroff (2013) afirma, categoricamente, ter sido pouco numerosa a produção no campo da etnologia da polícia e do policiamento. Por outro lado, outras ciências sociais têm dedicado bastante atenção ao tema, especialmente a sociologia que, em muitos casos, parece

estar se dissolvendo no campo da criminologia. Esta lacuna, prossegue ele, é particularmente notável, posto que o controle social em geral, e o crime em particular, sempre foram preocupações recorrentes ao longo da história da antropologia moderna. Ora, ao observar a bibliografia que tem sido produzida sobre o policiamento comunitário, atentei para esta mesma negligência: pouco tem sido dito sobre a corporação policial e a sua atividade. Em contraposição, o foco da atenção tem sido a política de segurança - o que não vem a ser o mesmo que estudar a instituição - e a sua ação frente a questões mais amplas, de caráter macrosociológico.

Também enquadrarei a ação dos policiais (e não da política de segurança) em uma perspectiva mais abrangente. Entretanto, neste quesito, tomo partido do enfoque denominado por Garriot (2013), em sua introdução à coletânea de artigos, de *police in practice*. Segundo ele, entender a polícia nos termos de sua prática não nos direciona, simplesmente, à observação do que ela realmente faz, tampouco significa o entendimento da ação policial a partir do que tem sido chamado de “teoria da prática”. Em verdade, isto indica o reconhecimento de a polícia não ser tão somente uma instituição de governança, mas também uma ferramenta de sociabilidade. Considerada por esta perspectiva da prática, prossegue o autor, a corporação policial hoje tem elaborado um arranjo funcional que vai além de seu mandato oficial. Por outro lado, Garriott (2013) sustenta que tal abordagem emerge potencialmente mais vibrante quando não procedemos com base em teorias apriorísticas ou suposições convencionais a respeito da constituição da polícia - o que ela realmente vem a ser - em um dado contexto. Ou seja, em vez de pensarmos sobre ela, temos de percebê-la como “boa para pensar” (Tambiah, 1969) - e não apenas como “boa para proibir” e reprimir crimes – questões, tais como: a identificação, a reificação e a tipificação de categorias sociais; a sociologia policial como um modo de sedimentação de linhas divisórias entre o normal, o criminal e o patológico, estendendo racionalidades burocráticas e administrativas a estas dimensões; e a semiótica utilizada por esta corporação quando da criação de concepções vernaculares sobre o crime e a (des)ordem (Comaroff, 2013). Dito isto, avancemos agora sobre a mirada que a pesquisa social tem dado ao policiamento comunitário.

De uma maneira geral, as pesquisas têm oscilado em torno de duas abordagens: por um lado, temos aquelas centradas na política de segurança em si mesma, tendo por objetivo a apreciação de sua eficácia e/ou eficiência no combate à violência (variável independente), bem como a avaliação da atuação do Estado nas

comunidades recém-pacificadas (variável dependente); e por outro, temos aquelas que vislumbram o policiamento comunitário em um contexto mais, como fora afirmado anteriormente, macrossociológico, pontuando as correlações entre determinadas ações estatais e as ordens urbanística (a dimensão do direito à cidade) e econômica (em outras palavras, o neoliberalismo).

Faz-se mister, dizer também, que antes de representarem uma clivagem, estas perspectivas expressariam a ênfase determinada por um ou outro estudo no tocante ao tema que por hora me ocupa. Desta forma, comumente, uma mesma pesquisa assume as duas abordagens. Assim, teríamos, por exemplo, o relatório do Banco Mundial (2012) e a obra organizada pelos pesquisadores Ignacio Cano, Doriam Borges e Eduardo Ribeiro (2012) como casos nos quais o foco estaria na dimensão da avaliação do policiamento comunitário, em favelas onde foram implantadas as UPPs. Ambos procuraram preencher lacunas informativas ao documentar como os moradores foram afetados por esta política pública. O primeiro investigou as comunidades da Babilônia/ Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Borel/Casa Branca e Manguinhos. De uma maneira geral, o relatório apontou que, para os moradores, se existe uma pacificação, esta não seria de suas comunidades, mas dos próprios policiais, que estariam aprendendo a utilizar padrões mais humanitários de conduta em sua esfera de trabalho. Por seu turno, Cano e colaboradores (*op. cit.*) questionaram qual seria o real papel dos policiais nestes territórios. Embora os homicídios e o número de roubos tenham diminuído (75% e 50%, respectivamente), outros crimes, tais como, lesões dolosas e violência doméstica, tiveram um aumento exponencial, fato este que, não raro, tem transformado o policial em um mediador de conflitos, posto anteriormente ocupado pelos traficantes de drogas; logo, os morros continuariam os mesmos, apenas teriam trocado de donos. De outra ponta, o aspecto mais positivo da pacificação, ponderam os autores, seria a diminuição da estigmatização das favelas, na medida em que os moradores estariam mais propensos a não mais omitir o seu endereço de moradia para os demais habitantes da cidade.

No que concerne à perspectiva mais macrossociológica, os processos de regularização urbanística e de substituição gradativa de práticas “informais” de acesso a serviços - a contrapartida social da política de pacificação dos morros cariocas - são, por assim dizer, o elo entre a favela e a realidade mais abrangente. Assim, os pesquisadores Neiva Vieira da Cunha e Marco Antonio da Silva Mello (2011), em um trabalho de campo realizado na comunidade de Santa Marta, observaram o que pode

ser considerado como o preâmbulo da “gentrificação” do bairro. Após a instalação da UPP, uma rede gratuita de internet sem fio foi viabilizada; os serviços de energia e de água foram regularizados; placas de identificação foram afixadas em todos os becos e vielas da localidade; e, paulatinamente, todas as residências e terrenos estavam sendo legalizados. Com a quebra do padrão de informalidade, novos conflitos surgiram neste espaço público, a saber: queixas dos moradores quanto às tarifas cobradas pelo fornecimento de água e energia elétrica; e fechamento de estabelecimentos comerciais que não conseguiram quitar as taxas advindas de sua regularização. Tais fatos, refletem os autores, demonstram a manutenção da desigualdade com relação ao direito à cidade.

Esta dimensão de “integração” da favela à cidade, que a UPP pretende promover, também é ressaltada pelas sociólogas Livia De Tommasi e Dafne Velazco (2013), em um trabalho de campo por elas realizado na Cidade de Deus. De acordo com elas, a pacificação no Rio de Janeiro seria uma oportunidade para a orquestração de mecanismos que objetivam ampliar o mercado consumidor interno e agenciar o “espírito empreendedor”. Seria, pois, pelo consumo que os moradores se tornariam “cidadãos”. De outra ponta, esta assimilação postula a necessidade de os residentes se tornarem empreendedores de estabelecimentos capitalistas e/ou de si mesmos.

Todavia, ponderam as autoras, tais acontecimentos não nos dão licença para demarcar a particularidade da favela, porquanto não lhe é específico o que nela está se sucedendo. “Ao contrário, diz respeito a todos nós, enquanto remete à forma como o governo neoliberal se manifesta na atualidade” (De Tommasi e Velazco, 2013: 38). Tal observação, que sublinha as conexões entre política de segurança e o neoliberalismo, é, por assim dizer, a pedra de toque da análise do geógrafo James Freeman (2012) sobre o processo de implementação das UPPs nos morros cariocas. Segundo ele, o policiamento comunitário pode ser explicado através do que David Harvey chama de “acumulação por espoliação”, estratégia que coloca como duas faces de uma mesma moeda a conquista militar imputada pelo Estado e a captura de ativos pela força, para criar saídas à expansão do capital privado.

Do meu ponto de vista, não devo negar o apelo destas abordagens que transferem para o terreno da governança neoliberal os dilemas vivenciados pelas populações, por mais remotas que elas sejam. Todavia, para além deste enfoque, quero sublinhar, vale enfatizar, as conexões entre esta “nova” modalidade de gestão tutelar sobre territórios e populações com o processo maior de construção nacional

(*nation building*), processo este que encontra no dualismo *civilização-barbárie* um tropo recorrentemente reanimado, reimplantado e por vezes negado nas mais diversas esferas societárias (Collins, 2008; Pacheco de Oliveira, 2014). Na narrativa a seguir, ao contrário das análises anteriormente apresentadas, que privilegiaram o ponto de vista dos moradores das favelas que foram pacificadas, proponho contar os acontecimentos suscitados pela implantação da BCS nos bairro do Calabar a partir da perspectiva dos policiais, cotejando aqui e acolá fatos por mim vivenciados no trabalho de campo e opiniões de moradores locais sobre todo esse processo, através de um relatório de pesquisa sobre os impactos do policiamento comunitário nas localidades, publicado pela ONG Avante (2014), em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O baile de debutantes

No dia 16 de maio de 2013 me dirigi ao Calabar com o intuito de acompanhar a cerimônia de comemoração de 2 anos de instalação da BCS. O evento foi realizado na quadra de esportes, que havia sido reformada logo após a ocupação policial no bairro. Ao avistar a movimentação nas imediações do local, percebi que muitos moradores haviam optado por se concentrar do lado de fora, ao redor do muro e das grades de sustentação, de modo a tomar parte dos acontecimentos de uma maneira distanciada. Por um instante, me juntei ao grupo; fiquei, pois, prostrado sobre o arame que compõe todo o perímetro do gradil em busca de rostos conhecidos do lado de dentro da festividade.

A cerimônia parecia já ter sido iniciada. Jaciara dava as boas-vindas aos convidados. Prontamente avistei Francisca e Edson, respectivamente, presidenta e vice presidente da associação comunitária do bairro. Embora eu tivesse mais intimidade com Jaciara, como me vi momentaneamente impossibilitado de ir ao seu encontro, resolvi me aproximar das outras duas lideranças comunitárias. Após cumprimentá-los, puxei alguma conversa fiada, e arrastei uma cadeira o mais perto o possível deles.

Ao fim da intervenção de Jaciara, foi a vez do apresentador oficial do evento mencionar as autoridades presentes. A mesa estava composta pelos secretários estaduais de segurança pública e de promoção da igualdade racial; o coronel

comandante geral da PM da Bahia; o sub-secretário de segurança pública; o delegado geral da Polícia Civil; o superintendente da inteligência da segurança pública; e o superintendente da prevenção à segurança. Enquanto ouvíamos a menção do nome de cada representante do poder público, eis que a capitã Manuela inadvertidamente se aproximou de Francisca e Edson. Mal sabia ela o que lhe aguardava. Os dois líderes comunitários estavam visivelmente incomodados com os rumos dados ao evento. E assim pude presenciar o seguinte diálogo:

- Mas capitã não há nenhuma referência ao bairro, à associação dos moradores... - disse Francisca.
- Vocês não viram o nome da associação no *banner* [material de divulgação do evento]? No bolo, vocês não viram? Está no convite, no bolo, no *banner*, o símbolo da associação; a gente não falou o nome de ninguém ali dos nossos parceiros; ele está nervoso por que? Não estou entendendo o nervosismo dele - retrucou a capitã, censurando a postura de Edson.
- Está legal. No bolo, no convite... Você me deixe viu - redarguiu ele.
- Vai olhar ali no bolo, vai olhar, o símbolo está bem grande no bolo e depois você me pergunta quanto foi que você me deu por ele - disparou Manuela, saindo de cena e deixando seus interlocutores resmungando sozinhos.

Francisca e Edson não eram os únicos insatisfeitos. Também se sentindo negligenciado, Romano, um dos responsáveis pela Biblioteca Comunitária do bairro, resolveu ir embora antes mesmo do término do evento. Eles não apenas estavam irritados com o esquecimento de suas figuras, mas também com a oportunidade dada apenas a Jaciara, a única dentre eles a ter tido o direito à palavra. Visivelmente enciumado, Edson disparou: “por que nós somos parceiros e nenhum nome foi citado? Deixar Jaciara falar, pelo amor de Deus! O espaço é nosso, quem comanda somos nós. Eu não quero saber de bolo não; eu queria era o reconhecimento para o público ver o nosso nome ser citado”. “Tudo é questão de conversa, homem” - tentou contemporizar Francisca. “A gente se desdobrou tanto... Presidente e vice presidente correndo atrás de curso, cedemos o espaço [ele se refere à sede da BCS que foi construída no local onde abrigava a antiga sede da associação] (...) Os estranhos são

eles; estão aqui para se promover; tinha que chamar a gente para mesa; mas não, nos isolaram. Eu estou muito magoado” - finalizou ele.

Vale recapitular alguns detalhes desta trama. Durante a festa, todos os discursos das autoridades presentes giraram em torno das boas relações entre os policiais e os moradores, da confiança que homeopaticamente os primeiros estavam lapidando no coração dos últimos e a diminuição dos índices de crime contra a vida. Para celebrar os laços de cordialidade com a comunidade, a PM organizou um baile de debutantes intitulado “Dia de Princesa”, onde meninas do bairro, às vésperas de completar seus 15 anos, foram escolhidas para um dia de tratamento em um salão de beleza [a experiência nos foi mostrada em vídeo] e para dançar uma valsa com os príncipes, a saber, os policiais. De acordo com a capitã Manuela, a iniciativa já havia sido realizada nas UPPs cariocas com bastante êxito.

Contudo, em que pese todo o esforço da PM em cativar a comunidade, algumas lideranças comunitárias, em conversas privadas, ponderaram que muitos moradores têm a mente fechada e, por vezes, são de difícil entrosamento. Em verdade, segundo eles, muitos possuem envolvimento com o tráfico de entorpecentes e por este motivo preferem não aparecer ao lado de policiais, temendo possíveis represálias. Na avaliação deles, policiais como Tagner e Renato (que haviam sido homenageados na solenidade) fazem um bom trabalho e possuem o tato para a lida comunitária. Entretanto, esporadicamente, durante o patrulhamento, eles terminam fazendo pequenas ou grandes apreensões de pacotes de drogas, o que de certa forma gera o descontentamento daqueles diretamente relacionados aos sujeitos presos em flagrante. Sobre este último aspecto, Jaciara, certa vez, foi bastante didática: “é que o pessoal tem de entender que é uma polícia comunitária, mas também ela tem de reprimir porque, afinal de contas, ela é uma polícia. É igual a um leão domesticado. O leão domesticado não deixa de ser leão; se você fizer algo que o atinja, ele vai lhe morder”.

Do meu ponto de vista, o mais interessante neste processo é a forma com qual a polícia imergiu na dinâmica da luta por reconhecimento social (Honneth, 2003) dentro do bairro. Neste sentido, estou a falar, vale ressaltar, mais de permanências do que de mudanças.

Antes da ocupação policial, o Calabar era territorialmente, e continua sendo, dividido em duas localidades: a “Bomba” e o “Camarão”. A primeira compreende a área contígua à Avenida Centenário e é fronteira à favela do Alto das Pombas; a

segunda corresponde à fratria mais próxima aos bairros de Ondina e do Jardim Apipema. Na experiência vivida dos moradores, a subdivisão era, por assim dizer, um sistema classificatório produzido pelas disputas em torno da liderança do comércio de entorpecentes no bairro. Havia (e ainda há) duas facções vinculadas ao tráfico de drogas e cada uma delas dominava um determinado território. A animosidade entre eles ultrapassava as fronteiras da atividade ilegal em si mesma, chegando a interferir no direito de ir e vir do morador comum. Assim, era uma lei mais ou menos tácita na localidade: quem reside na “Bomba” não frequenta o “Camarão”, e vice-versa. Com o passar do tempo, a rivalidade foi sendo assumida mesmo por aqueles que não possuíam nenhum envolvimento com o mercado ilegal de substâncias psicoativas. De certa forma, a localidade do “Camarão” era a parcela mais fragilizada de toda a contenda, porquanto os poucos serviços públicos presentes no bairro estavam (e ainda estão) situados na parte “contrária”, quais sejam, a biblioteca comunitária, a creche e o posto de saúde. Como entre os moradores havia o receio de transitar livremente pelas ruas do Calabar, paulatinamente foi se sedimentando na mente da população do “Camarão” a ideia de que os seus co-irmãos tinham mais assistência do Estado. É o que pude depreender da leitura do referido relatório produzido pela ONG Avante (2014). Uma vez que a BCS foi instalada exatamente no centro da “Bomba”, a PM contribuiu, uma vez mais, para reforçar a imagem de haver uma população privilegiada em detrimento da outra. Ciente deste fato, ela passou a adotar o seguinte estratagema: quando da ocasião de datas comemorativas, o revezamento entre as duas territorialidades. Um exemplo bastante claro: a festa do dia das crianças é realizada no “Camarão”, enquanto que o Natal é comemorado na “Bomba”.

Desta forma, também a PM estaria pautando as suas ações por esta “gramática do reconhecimento”. Toda a sua atuação é feita e estipulada para superar aqueles que anteriormente controlavam o bairro, quais sejam, os narcotraficantes. Neste quesito, os policiais estariam sofrendo uma espécie de “angústia da influência”, para me utilizar de uma categoria cara ao crítico literário Harold Bloom (2002). De acordo com o autor, levando-se em consideração a obra shakespeariana, podemos entender a “influência” em dois sentidos distintos e complementares: como fluxo do devir sobre os nossos destinos e personalidades; e como “inspiração”, um modelo para uma determinada conduta (Bloom, 2002). A forma com a qual a empreitada policial tem sido efetuada no Calabar contempla as duas acepções do termo. É, pois, tentando substituir o narcotráfico, enquanto fonte de orientação para o futuro, que os policiais

interpretam a sua atividade no bairro; ademais, é se esmerando no trato com os moradores que eles pretendem ser um protótipo a ser seguido por aqueles a quem estão protegendo. Neste sentido, eles almejam se tornar um “cânone” para aquela comunidade; quem ambiciona ser canônico, deposita as suas esperanças na conquista de um público, na aquisição de seguidores. E quem seriam estes a serem cooptados? Ora, as crianças e os adolescentes do bairro! É através desta chave-explicativa que até mesmo um baile de debutantes deve ser entendido. Assim sendo, nos termos de Taussig (1992), toda a operação policial consiste na tentativa de deter o monopólio da atividade mimética, isto é, de se afiançar como o único polo cuja ação pode ser copiada pelos moradores locais. Isto tornar-se-á mais compreensível nas linhas que se seguem, onde descreverei o cotidiano das relações entre policiais e moradores, a partir da perspectiva de dois policiais que tive a oportunidade de entrevistar.

A anatomia da influência

Bloom (2002), na obra citada acima, originalmente publicada em 1973, descreveu o empreendimento literário nos termos de uma contenda entre obras e autores - um já canônico e de inspiração perene; outro que busca suplantar o seu concorrente, encontrando para si um espaço próprio de criação - no campo da literatura. Se utilizarmos o raciocínio analógico, se substituirmos o palco da invenção literária pelo teatro da vida comunitária, veremos em seus mais diversos tons os dilemas vivenciados pelos policiais na favela do Calabar, na medida em que eles concebem as suas ações como sendo uma luta contra um cânone, a saber, o tráfico de drogas. Daí as angústias, os anseios e os temores...

Ao assumir este arcabouço teórico, torna-se-á necessário responder as seguintes perguntas: o que representa, na ótica do policial, o policiamento comunitário? O que significa, para ele, estar 24 horas presente em um lugar concebido como um antro da perdição e da violência? Como ele deve se portar nesta situação? Quais são as categorias por ele utilizadas para classificar este admirável, mas não necessariamente novo mundo? Para encontrar respostas a estas questões, preciso, contudo, apresentar os meus interlocutores, a saber: a capitã Manuela e o tenente Márcio, respectivamente a primeira e o segundo comandante da BCS.

Em uma manhã qualquer de maio de 2013 conheci Manuela. Naquela ocasião, tive a oportunidade de ouvir o relato sobre o trabalho que ela estava realizando na comunidade do Calabar, bairro de classe baixa da cidade de Salvador. Não me alongarei nos detalhes. Quero apenas que o leitor memorize as subsequentes imagens históricas: uma localidade carente em serviços públicos e infraestrutura urbana; uma população - majoritariamente formada por afrodescendentes - que vivia, pelo menos desde a década de 1980, um cotidiano imposto pelas disputas em torno das duas facções que comandavam o tráfico de drogas local; e certa crônica policial da cidade a estigmatizar esse lugar como sendo antro de perdição, violência e selvageria.

Manuela estava, pois, a me contar sobre as vicissitudes do seu trabalho comunitário na localidade. De como teve de conquistar a confiança dos moradores; de como teve de exercitar a arte do diálogo; de como se afeiçãoou às crianças e os adolescentes... De acordo com ela, toda a sua atividade tem por foco a categoria “prevenção”, o que implica postular o futuro no presente, através de cálculos, ansiedades e imaginações. Essa linha preventiva deve estar centrada na órbita dos menores de idade. Minha interlocutora entende que, antes da chegada dela e de todo o seu pessoal nos bairros, esses sujeitos não tinham outra opção a não ser a entrada no mundo do tráfico de drogas, quando do período de transição da adolescência para a fase adulta. Assim, no prédio onde funciona a sua organização, são oferecidos, principalmente para este público específico, toda a sorte de cursos profissionalizantes e de educação informal, tais como, aulas de informática, de música, de judô, de capoeira; curso pré-vestibular; oficinas de carpintaria, de construção civil e de conserto de eletrodomésticos; dentre outros. Em sua ótica, para os moradores locais, a comunidade equivaleria a uma “redoma”, redoma esta que outrora era do crime. O seu ofício, pois, é mostrar que outros horizontes são possíveis, para além do envolvimento na esfera da criminalidade. Para o menino ali da esquina, a chance de ser um músico; para a menina sentada na calçada, a probabilidade de ser uma professora.

Quando conheci Manuela, a Base estava prestes a completar dois anos de atividade nas localidades do Calabar e do Alto das Pombas. Logo, nossa conversa teve um tom avaliativo sobre a ação da Polícia Militar nestas áreas. Diferentemente dos morros cariocas, onde houve confrontos diretos entre policiais e traficantes, por estes arrabaldes não aconteceu nenhuma espécie de resistência ao cerco militar. Antes da instalação da BCS propriamente dita, toda a área fora cercada pelas brigadas mais especializadas da corporação policial. Poucas prisões foram feitas; estas foram

motivadas ou por conta do porte ilegal de armas ou em virtude da apreensão de pacotes de drogas. Após os policiais se instalarem em um prédio na zona central do Calabar, o padrão de ocorrências criminais foi mantido. De acordo com minha interlocutora, eles identificaram a violência doméstica como o principal problema criminal nas localidades. Daí, promotores e representantes dos direitos das mulheres terem sido convocados a prestar esclarecimentos e fomentar à conscientização sobre a importância da denúncia deste ato infracional.

Todavia, um fato lhe era um pouco intrigante. Segundo ela, em todos os locais onde havia trabalhado, em áreas favelizadas como a comunidade do Calabar, a figura do adolescente em conflito com a lei era o tipo mais recorrente. O mesmo não estava acontecendo em seu atual posto de trabalho. Conforme o seu relato, seriam homens, pais de família em torno dos 25 anos, o perfil de sujeito flagrado cometendo alguma ilicitude penal.

Embora tenha havido pouquíssimos casos de crianças e adolescentes envolvidos no mundo do crime, a capitã afirmou que eles seriam o próprio foco e sentido da operação policial no bairro. De acordo com ela, muitos ainda questionam o qualificativo “comunitário”, pois acreditam que o trabalho social não é uma prerrogativa da Polícia Militar. “Ah, o policial vai dar aula de judô? Temos de entender que ele está fazendo uma prevenção; ao incluir essa criança em uma atividade de esporte, estamos fazendo uma ação preventiva para que no futuro ela não se envolva com outras coisas”, sustentou ela. Em sua ótica, aqueles que são excessivamente críticos ao militarismo, aqueles que só vislumbram o corpo policial como sendo uma instância repressiva, estariam perdendo de vista o caráter preventivo das ações comunitárias.

Algumas reflexões precisam ser feitas sobre esse “império da prevenção”. Em primeiro lugar, todo o raciocínio da capitã é condicionado pela seguinte ideia, ora proferida por representantes do alto escalão do poder judiciário, ora sustentada por bastiões do saber acadêmico: a de disputar cada menino e menina com o tráfico (Souza, 2006). Logo, os adolescentes são *a priori* classificados como sendo suscetíveis à entrada na esfera da criminalidade. Criminoso em potencial, o “jovem favelado” de hoje nos lembra o “índio bravo” de outrora (Pacheco de Oliveira, 2014). Se para os missionários a recaída no paganismo, por parte dos indígenas, era indício da obra do demônio sobre humanos caracterizados como tendo uma natureza frágil e duvidosa, e seria este o motivo para eles serem constantemente vigiados, para os

jovens moradores de áreas favelizadas, a vigília é ideologicamente sustentada diante à percepção nutrida pelas autoridades policiais de a favela ser em si mesma um lugar amoral, predisposta a toda sorte de vícios e corrupções morais. Neste sentido, é sob o prisma da regeneração e redenção destes lugares que a ocupação policial é entendida e justificada.

Esta epopeia civilizatória coloca a infância e a juventude como o centro de toda a intervenção. Ao reanimar o dualismo *civilização-barbárie*, a ocupação policial enxerga no corpo da criança e do adolescente a garantia da vitória da civilização contra a selvageria. No corpo destes sujeitos se cruzarão os destinos do indivíduo e da nação. Oferecer a eles “novas” oportunidades de integração ao mercado de trabalho equivaleria também a uma oportunidade para a nação se livrar de um cancro que tem ferido de morte toda espécie de sociabilidade, a saber, a violência. Neste sentido, como sugere John Collins (2008), as experiências das pessoas mimetizariam o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, desenvolvimento este que tanto fez para temperar as perspectivas de cada cidadão. Entretanto, do ponto de vista dos policiais, quando eles se lançaram a esta tarefa de zelar pelos menores de idade destas comunidades populares, de alguma forma isto implicou na assunção de uma certa posição de vulnerabilidade nestas localidades. Foi o que eu pude depreender da minha conversa com o tenente Márcio, soldado que veio substituir a capitã Manuela no comando da BCS, a partir de agosto de 2014.

Estive com o tenente Márcio no início do ano de 2015. Conforme o seu relato, a convivência tão próxima entre policiais e moradores tem aplainado o terreno para a ambiguidade. Ao mesmo tempo em que o policiamento comunitário proporciona cenas gratificantes de conagração entre cabos e cidadãos comuns, tais como, os campeonatos esportivos e as comemorações das datas festivas, ele também obriga os primeiros a ter de encarar frequentemente aqueles que não querem sair do mundo do crime. Assim, desditosa tem sido a tarefa da corporação em disputar essas pessoas com a esfera da criminalidade. Meu interlocutor prefere mesmo utilizar o termo “recrutamento”. O tráfico de drogas estaria “trabalhando a mente” dos jovens do bairro. Dias antes do nosso encontro, o tenente havia apreendido três adolescentes devido ao porte de maconha. Concentremo-nos, pois, em seu relato sobre esse caso.

De acordo com ele, os três adolescentes foram surpreendidos em plena luz do dia nas imediações da quadra comunitária. Todos eles eram reincidentes. Os mais velhos já haviam sido presos por furto e tentativa de homicídio; o mais novo, por

porte ilegal de arma. O caçula da turma é descrito pelo tenente como o “danadíssimo”, que será eliminado, isto é, morto pela polícia, rapidamente. No dia seguinte à ocorrência, a mãe dele teria ido à sede da BCS para ter uma conversa com os policiais. Para o comandante, ela teria dito: “não sei mais o que fazer com esse menino; ele já chegou a puxar uma faca contra mim”. “Se ela não sabe o que fazer, sou eu quem irá saber”? - disparou Márcio. Em seu entender, esse menino já é um “caso perdido”, não há mais como salvá-lo. Vejam que o discurso do policial é fortemente marcado pela construção do “marginal” a partir de uma ideia de uma “diferença ontológica fundamental” (Teixeira, 2014: 375). Tudo se passa como se a subjetividade deste adolescente estivesse marcada, inapelavelmente, pelo crime e pela violência. Assim, parafraseando Philippe Riot (1977), posso dizer que este moleque é apenas o sítio onde vem inscrever-se e comandar um delírio (a sujeição criminal) que tem suas próprias determinações e sua própria lógica; o menor infrator é aquele que não mais se possui.

Ainda conforme o relato de meu interlocutor, o sistema penal brasileiro é o principal vilão desta história. Dias após a ocorrência, os três menores de idade já estavam soltos nas ruas. Na perspectiva do comandante, o Estado deveria cuidar bem do “marginal”, ressocializá-lo, evitando a sua reincidência no crime. “É isso que nos deixa revoltados. (...) Estamos apenas *enxugando gelo*”, disse ele, chamando a atenção para a inocuidade das ações de sua corporação. Entretanto, mesmo preso a sua classe e a algumas roupas, o tenente não seguiu até o enjoo; ele conseguiu entrever uma esperança.

No laboratório de informática da Base, onde o soldado Renato ministra aulas de computação para a comunidade, o comandante observou como é difícil para alguns adolescentes a imersão neste novo ambiente. De acordo com ele, muitos choram porque não conseguem assimilar o conteúdo e terminam desistindo no meio do caminho. Em sua descrição, a inquietação, o nervosismo, a dificuldade de concentração, o *déficit* cognitivo formam, por assim dizer, o perfil psicológico do jovem que está prestes a ser perdido para o mundo do tráfico de drogas. Ele seguiu a sua narrativa me oferecendo um exemplo: “Tem um aqui que eu vi que era problemático, que se for abandonando por esse projeto, por esse convívio, facilmente entrará no crime; é aquele mais inquieto, mais perturbado; aí começaram as aulas de reforço escolar e ele começou a frequentar, matemática, física, e acho que tem sido uma grande vitória, se ele continuar nesse embalo”. Segundo ele, muitas mães

chegam a acompanhar seus filhos, de modo a vigiar melhor o rendimento deles nas atividades realizadas pela BCS. Ele lamentou o fato de muitas delas não terem a disponibilidade de tempo para seguir esta conduta. Assim, neste contexto, as palavras do tenente revelam uma ampliação da abordagem que, geralmente, a sociedade nacional tem dado às populações tidas como subalternas. Agora, não se trata tão somente de reprimir os indesejados da nação; mas de engendrar a figura do sujeito desejável.

Entretanto, ao tentar auxiliar a nação a cumprir este objetivo - a saber, a formatação do sujeito ideal -, a Polícia Militar acaba por se enredar, ela mesma, nas teias da vigilância. Levando-se seriamente em consideração algumas falas que eu coletei em campo, o policiamento comunitário teria implodido, definitivamente, as fronteiras entre os vigilantes e os vigiados. O compartilhamento de um cotidiano com os moradores da favela tem permitido aos policiais a produção de um conhecimento sobre esta população, mas também tem franqueado aos últimos um certo saber sobre os primeiros. Nesta instituição de sequestro, há uma simbiose entre sequestradores e sequestrados. Ao passo em que a primeira instância detém o poder de sequestrar, ou seja, de prender, de punir os desviantes, de investigar e perseguir os suspeitos, a segunda tem os trunfos da censura moral e da chantagem. Não raro, os residentes demandam dos policiais atribuições que não seriam da sua prerrogativa, tais como, o auxílio em ocorrências médicas ou a escuta de reclamações quanto a falta de infraestrutura nos bairros (a má conservação de uma escadaria; a falta de calçamento em determinados lugares; os estragos provocados pela chuva, dentre outros). Em relação à própria conduta dos soldados, qualquer abordagem mais truculenta ou a simples postura mais incisiva, em algumas situações, pode conferir a algum deles a pecha acusatória de ser “uma pessoa que não está afeita ao trabalho comunitário”. Tais acusações suscitam, inclusive, uma vigilância interna entre os próprios praças, quando um passa a censurar o modo de ser do outro, tendo por objetivo evitar problemas futuros com a comunidade. Está em jogo, enfim, a necessidade de controlar o poder de reprimir. Todavia, de modo a encerrar este texto, veremos que todo este complexo de ações, intimidações e julgamentos é endereçado aos homens.

Considerações finais: sobre o gênero da pacificação

Por ser uma polícia que tem o compromisso de dialogar com a comunidade, não incorrendo prematuramente em posturas repressivas, ela é vista, dentro e fora da corporação policial, como uma atividade mais afeita às mulheres. Digamos que, se o tráfico de drogas é tido como associado a um *ethos* masculino, uma vez que as mulheres, em termos nativos, só entrariam neste universo a partir do envolvimento sexual com homens pertencentes a esta órbita, o policiamento comunitário é identificado como apregoando um comportamento mais feminilizado². Sintomático disto, por exemplo, foi a escolha da capitã Manuela como a primeira comandante da BCS. Conforme ela mesma me confessara, a sua indicação foi baseada na categoria gênero, uma vez que, dentro da instituição, acreditava-se que uma líder mulher conduziria melhor esta empreitada, haja a vista as mulheres serem mais abertas ao diálogo e terem um perfil mais conciliador, o que vem ao encontro dos ideais em torno da pacificação das comunidades.

Portanto, a pacificação - etapa atual da guerra às drogas empreendida pelo Estado brasileiro - das favelas urbanas dominadas pelo tráfico de drogas é uma ação direcionada aos homens, especialmente os mais jovens, uma vez que toda a dinâmica de violência - tanto a dos traficantes, quanto a dos policiais - que assola estes lugares é associada ao sexo masculino.

Referências

ALBERNAZ, Elizabete et al. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro, *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

AVANTE. *Políticas de segurança pública e repercussões sobre a infância de comunidades urbanas de baixa renda: sensação de segurança e expectativas sobre as estratégias em curso: relatório de Pesquisa*. Salvador: Comunicação Institucional da Avante, 2014.

BANCO MUNDIAL (2012), *O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs*. Brasília: Banco Mundial.

² Albernaz e colaboradores (2007: 45) notaram que os policiais que atuavam no GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), programa germen das UPPs cariocas, como também aqueles que trabalhavam em módulos de policiamento comunitário eram, pejorativamente, denominados de “policiais cor-de-rosa”.

BOURDIEU, Pierre (2014), *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (2012), *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ.

COLLINS, John (2008), “But what if I should need to defecate in your neighborhood, madame?”: empire, redemption, and the “tradition of the oppressed” in Brazil World Heritage Site, *Cultural Anthropology*, 23 (02), pp. 279-328.

COMAROFF, John (2013), Foreword. In: Garriott, William (Ed.). *Policing and contemporary governance: the anthropology of police in practice*. New York: Palgrave Macmillan, pp. xi-xxi.

CUNHA, Neiva Viera da; MELLO, Marco Antonio da Silva (2011), Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela, *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 04 (03), pp. 371-401.

FOUCAULT, Michel (Coord.) (1977), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FREEMAN, James (2012), Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of Police pacification in Rio de Janeiro, *REU*, 38 (01), pp. 95-126.

GARRIOTT, William (2013), Introduction Police in practice: policing and the project of contemporary governance. In: GARRIOTT, William (Ed.). *Policing and contemporary governance: the anthropology of police in practice*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 01-28.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (2011), *Pacto pela vida: um compromisso de todos pela segurança*. Salvador: Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>>. Acesso em: 01/11/2014.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (2014), Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios, *Mana*, 20 (01), pp. 125-161.

RIOT, Philippe (1977), As vidas paralelas de Pierre Rivière. In: FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 239-258.

ROSE, Nikolas (2000), Government and control, *British Journal of Criminology*, 40, pp. 321-339.

SOUZA, Jessé (2006), É preciso teoria para compreender o Brasil contemporâneo? Uma crítica a Luis Eduardo Soares. In: _____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 117-151.

TAMBIAH, Stanley (1969), Animals are good to think and good to prohibit, *Ethnology*, 08 (04), pp. 423-459.

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York; London: Routledge, 1993.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro (2014), O “problema” do bandido: subjetividade e “violência urbana” no Rio de Janeiro. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, pp. 367-388.

TOMMASI, Livia De; VELAZCO, Dafne (2013), A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária, *Rev. Inst. Estud. Bras.*, 36, pp. 15-42.